



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 30 de agosto e 01 de setembro de 2023
Local: Microsoft Teams (remota)

1 **Abertura e saudação da Presidenta do Consea**, Sra. Elisabetta Recine, que confirmou a
2 existência de quórum na Plenária e deu continuidade à atividade passando para a
3 saudação do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Márcio
4 Macêdo. O Ministro iniciou a fala destacando a importância e a força que o Consea
5 possui na luta contra a fome no Brasil e pontuou que o decreto de convocação da 6ª
6 Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (6ª CNSAN) está pronto para ser
7 assinado. Além disso, parabenizou o Consea pelas Conferências estaduais que vêm
8 acontecendo pelo Brasil e enfatizou a importância desse movimento. A Presidenta do
9 Consea informou a Plenária que terá uma audiência com o Presidente da República para
10 atualizá-lo sobre as atividades do Consea e convidá-lo para participar da 6ª CNSAN. A
11 seguir foi desfeita a mesa de abertura e a Presidenta Elisabetta Recine deu continuidade
12 à reunião apresentando a pauta prevista para os dias de trabalho e passou a palavra às
13 autoridades e membros integrantes da mesa. **Pauta Proposta:** [30/08/2023] Boas
14 vindas; Prioridades, avanços e desafios no Programa de Aquisição de Alimentos e no
15 Programa Nacional de Alimentação Escolar; Atualizações no Programa de Aquisição de
16 Alimentos (PAA); Atualizações do PNAE e os desafios do cofinanciamento do Programa;
17 Demandas e aprendizados da Catrapovos Brasil sobre PAA e PNAE; Demandas e
18 aprendizados das experiências da sociedade civil de execução do PAA e PNAE;
19 Desigualdades e racismo institucional no acesso a políticas de SAN; Pronunciamento do
20 Ministro Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social,
21 Família e Combate à Fome (MDS) e Presidente da Caisan; [01/09/2023] Mapeamento de
22 Cozinhas Solidárias; Perspectivas da participação social no âmbito do Programa de
23 Cozinhas solidárias e comunitárias. A Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança
24 Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS e do Grupo Gestor do PAA, iniciou a fala
25 abordando a retomada do PAA, que ao longo dos anos perdeu parte do foco nos
26 agricultores e municípios e passou a depender de recursos oriundos de emendas
27 parlamentares. A partir de 2021, foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil e, em
28 2023, o PAA foi recriado. Logo no início da retomada, o Grupo Gestor do PAA (GGPAA)
29 foi retomado com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério
30 da Fazenda, Conab, MDS e Funai. Foram publicados o Regimento Interno e uma
31 Resolução que dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do
32 PAA, com destaque para a possibilidade de compra e doação de alimentos dentro de
33 territórios coletivos. Outro destaque é a possibilidade de destinação para equipamentos
34 sociais, como cozinhas solidárias e terreiros. Novas Resoluções estão sendo tramitadas
35 para publicação sobre as modalidades de Compra com Doação Simultânea, que já foi
36 aprovada e a Compra Direta, Leite e Compra Institucional. Colocou que a lei também
37 cria o Comitê de Assessoramento do programa, que permitirá maior participação social
38 e será instalado assim que o novo Decreto do programa for publicado. A Secretária
39 pontua como avanços importantes do PAA recriado a simplificação da participação de
40 povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, negros, mulheres e juventude
41 rural. No caso dos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, está sendo aberta
42 a possibilidade de que a DAP ou CAF sejam substituídas pelo Número de Inscrição Social
43 (NIS), ou por outros documentos emitidos por órgãos do Governo que dialoguem ou que
44 tenham políticas diretas com as comunidades. Disse que foi instituída a obrigatoriedade
45 de percentual mínimo das compras públicas de alimentos por parte dos órgãos federais
46 e a exigência de, no mínimo, paridade na participação de mulheres no Programa. Como
47 inovação da retomada do PAA, destacou que é importante o olhar específico para os

48 povos indígenas e as possibilidades de compra e doação de alimentos de forma que em
49 um futuro próximo, seja possível substituir a cesta de alimentos por alimentos
50 comprados e doados dentro das próprias comunidades. Além disso, comentou que está
51 sendo feita uma primeira experiência de compra e doação dentro das comunidades com
52 recursos das cestas de alimentos, para que os alimentos tradicionais e adequados aos
53 hábitos alimentares das comunidades indígenas sejam produzidos e cheguem dentro da
54 comunidade. Recentemente, conforme comentou a Sra. Lilian Rahal, foi publicada uma
55 portaria com alocação de recursos em diversos estados para isso e também estão
56 contratando todos os projetos de comunidades indígenas que entraram na Conab. Disse
57 que o PAA está sendo integrado com a demanda de equipamentos públicos por
58 alimentos saudáveis, orientando parte das aquisições a partir de equipamentos urbanos
59 de alimentação, como as cozinhas solidárias. Apontou que o MDS irá apoiar as cozinhas
60 solidárias mapeadas, com alimentos do PAA, sendo disponibilizados R\$25 milhões para
61 a aquisição desses alimentos e esse recurso será executado por estados e pela Conab.
62 Enquanto a chamada por projetos estava aberta, disse a Secretária da Sesan, foram
63 recebidos mais de R\$1,130 bilhões em propostas para participação no PAA, na
64 modalidade compra com doação simultânea, com a participação de 70% de mulheres
65 rurais. Por fim, a Secretária Nacional informou que as entidades mais beneficiadas pelo
66 PAA em 2023 foram as associações beneficentes e de assistência social e as escolas, e
67 que os alimentos mais adquiridos foram os produtos hortícolas e frutas. Finalizou sua
68 participação agradecendo pela oportunidade de fala e se dispôs a tirar dúvidas. A Sra.
69 Fernanda Machiaveli, Secretária Executiva do MDA e do Grupo Gestor do PAA, iniciou a
70 fala destacando a capacidade de oferta da agricultura familiar quando foi feita a
71 chamada pela Conab. Colocou que está sendo possível diversificar os grupos que estão
72 oferecendo alimentos para o PAA e o incentivo para participação das mulheres via edital
73 permitiu uma mobilização da sociedade. Ressaltou que o desafio agora é conseguir
74 ampliar recursos voltados para a compra do PAA ainda em 2023. Sobre o PAA compra
75 institucional, que estabelece a obrigatoriedade de o governo federal comprar 30% da
76 agricultura familiar, informou que foi aberto um mercado potencial que envolve forças
77 armadas, hospitais, restaurantes universitários e toda estrutura do Governo Federal que
78 consome e compra alimentos. Com isso, apontou que foi possível mobilizar a oferta e
79 simplificar os processos para que as barreiras burocráticas sejam superadas e o
80 programa seja efetivo, para isso foi estabelecido um acordo de cooperação técnica entre
81 alguns ministérios tidos como os principais compradores do Governo Federal. A
82 Secretária-executiva do MDA destacou que há uma discussão avançada com a Justiça e
83 com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para também garantir a compra da agricultura
84 familiar pelo sistema prisional; que um acordo de cooperação foi firmado como MGI e
85 agora o MDA está trabalhando na implementação desse acordo, em que estão sendo
86 feitas oficinas nas 27 unidades da federação com as áreas de compras, para conseguir
87 organizar o processo de aquisição da agricultura familiar e preparar a burocracia dos
88 processos de aquisição. Por fim, enfatizou o esforço que está sendo feito na região norte
89 do país, conjuntamente com o BNDES, Fundo Amazônia, MMA, FNDE e outros parceiros,
90 na elaboração de um programa que faça as compras e que organize o processo de oferta
91 de produtos da agricultura familiar para o PNAE. O Sr. Gilson Alceu Bittencourt,
92 Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda
93 e do Grupo Gestor do PAA, iniciou a fala saudando a Mesa e destacou o desafio da
94 estruturação dos compradores e das organizações de produtores, pois tanto o PNAE

95 quanto as compras institucionais demandam um nível de organização para serem
96 mantidos. Outro ponto destacado foi a capacidade de fazer com que o PAA, tanto por
97 meio da compra direta quanto pela doação simultânea, atinja um número cada vez
98 maior e mais diversificado de beneficiários, e que o desafio é conseguir fazer com que o
99 PAA compra direta e doação simultânea atue como incentivador estruturador de
100 mercado. Para finalizar, o Subsecretário defendeu que o PAA deve ser um programa
101 permanente no caso do compra direta e doação simultânea, e os fornecedores possam
102 ser rotativos ao longo do tempo, para assim contribuir com a estruturação de mercado
103 de forma a evitar a dependência de venda única e estruturada somente no PAA. O Sr.
104 Fernando Merloto Soave, Procurador da República e Coordenador da Mesa de Diálogo
105 Permanente Catrapovos Brasil (6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério
106 Público Federal), iniciou sua fala fazendo um breve histórico sobre a Catrapovos, que
107 surgiu em 2016 após uma visita do MPF do Amazonas à Terra Indígena Yanomami; que
108 nessa ocasião era chamada de Catrapoa (Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos
109 no Amazonas). Nessa visita, disse que foram observadas ausência ou insuficiência do
110 fornecimento de alimentação escolar e inadequação no contexto da alimentação
111 tradicional e, ainda, dificuldade logística para escoamento da produção. Nesse contexto,
112 no final do ano de 2016, disse que começaram a ser feitas reuniões para discutir essas
113 questões. Logo no início, apontou que foram identificados gargalos como: a legislação
114 sanitária que não considera as formas tradicionais de produção e consumo, e com isso
115 começou uma discussão com os órgãos sanitários e foram identificadas novas leituras
116 adequadas a constituição; a dificuldade de emissão de documentos necessários para
117 participação nas chamadas públicas; o desconhecimento e, algumas vezes, a omissão
118 dos gestores públicos sobre o cumprimento da obrigatoriedade de aquisição de, no
119 mínimo, 30% de produtos da agricultura familiar; a falta de conhecimento sobre as
120 políticas de compras públicas pelos povos e comunidades tradicionais. Destacou que,
121 por trás desses gargalos, existe como pano de fundo a criminalidade socioambiental
122 crescente, o desrespeito ao direito a uma educação culturalmente adequada, o
123 preconceito presente dentro dos órgãos públicos, o enfraquecimento gradativo das
124 instituições governamentais de apoio, a desvalorização das práticas tradicionais entre a
125 juventude e o aumento no consumo de álcool e drogas. Para trabalhar esses gargalos,
126 apontou que mais de 40 organizações faziam articulação em reuniões mensais entre
127 instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal, da sociedade civil, movimentos e
128 lideranças indígenas e de comunidades tradicionais. A primeira ação foi a Nota Técnica
129 que dispõe sobre a compra institucional de produtos de origem animal e vegetal
130 processados, sem os entraves da vigilância sanitária padrão, desde que nos territórios
131 tradicionais. Disse que foram realizadas oficinas de sensibilização nos municípios com
132 articulação entre diversas instituições da Catrapoa, que tinham como público-alvo os
133 povos indígenas e os gestores públicos, em que era discutido o passo a passo do PNAE.
134 Com as ações desenvolvidas, colocou que os resultados sociais e econômicos
135 observados foram a soberania e segurança alimentar e nutricional, a valorização do
136 conhecimento e sistemas de produção tradicionais, a geração de renda e maior
137 autonomia, desenvolvimento da economia local, maior controle social, redução de
138 gastos públicos com logística, adequação cultural e melhoria da qualidade da
139 alimentação escolar e da segurança pública, além de resultados ambientais como a
140 redução do lixo nas aldeias, redução do uso de combustível e promoção de atividades
141 sustentáveis. Disse que durante a pandemia foi criado o plano emergencial para

142 enfrentamento a Covid-19 nos territórios indígenas, que estipulou medidas de apoio às
143 comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e
144 comunidades tradicionais. Informou que no Senado tramita um Projeto de Lei que
145 institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da
146 Sociobiodiversidade de Povos e Comunidades Tradicionais; que foi criada também a
147 mesa de diálogo permanente Catrapovos Brasil para fomentar a implementação da
148 alimentação escolar regionalizada e outros mecanismos de compras públicas adequados
149 à cultura de povos e comunidades tradicionais nas diferentes regiões e estados do Brasil,
150 por meio de arranjos locais. O Procurador finalizou sua fala agradecendo o espaço e se
151 colocou à disposição para dúvidas e esclarecimentos. A Sra. Fernanda Pacobahyba,
152 Presidenta do FNDE, iniciou apresentando dados sobre o PNAE, que é o maior programa
153 de alimentação escolar do mundo, que distribui mais de 50 milhões de refeições diárias
154 e cerca de 10 bilhões de refeições por ano e atende universalmente mais de 40 milhões
155 de estudantes em cerca de 150 mil escolas. A Presidenta do FNDE destacou que durante
156 o período pandêmico houve uma redução do percentual de aquisição de alimentos da
157 agricultura familiar e, em 2022, ocorreu um crescente, em que 20 estados e o Distrito
158 Federal apresentaram média acima de 30% na aquisição de alimentos advindos da
159 agricultura familiar. Apontou que o PNAE é uma Política que vai além da alimentação
160 balanceada e saudável, pois promove também um ambiente protetor com reflexos,
161 como a melhoria das taxas de matrícula, frequência e desempenho escolar, o
162 incremento do estado geral de saúde das crianças devido a melhoria dos hábitos
163 alimentares mais saudáveis para os estudantes e suas famílias e também atua na
164 proteção das famílias rurais e ribeirinhas da pobreza e vulnerabilidade, por meio de
165 geração de renda com a venda de alimentos ao programa. Disse que o Programa dispõe
166 de alguns cuidados especiais com a qualidade da alimentação fornecida para as escolas,
167 como a não disponibilização de alimentos ricos em açúcar, sódio e gorduras. Informou
168 que o Programa passou por 6 anos sem reajuste nos investimentos, e em 2023 houve
169 um investimento de 5,5 bilhões de reais; além disso foram reinstituídos o Comitê Gestor
170 e o Grupo Consultivo no âmbito da agricultura familiar do PNAE. Apontou que outros
171 avanços ainda em 2023 foram a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica
172 Interministerial para a promoção da alimentação saudável nas escolas, o lançamento do
173 cadastro de nutricionistas no Sistema de Gestão do PNAE, a realização dos Encontros
174 Técnicos Regionais do PNAE, a publicação da Nota Técnica FNDE-MEC sobre
175 Identificação e Prevenção de Conflito de Interesses no PNAE, que evita ações de
176 publicidade de empresas de alimentos nas escolas e a Nota Técnica FNDE-MEC de
177 Promoção do Aleitamento Materno nas creches. Porém, lembrou a Presidenta do
178 FNDE, o PNAE também apresenta desafios em sua execução, como o cumprimento do
179 percentual mínimo de 30% de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, a
180 aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares indígenas e de povos de
181 comunidades tradicionais, e há também uma dificuldade dos atores sociais das
182 Entidades envolvidas com a gestão e a execução da alimentação escolar e o
183 empoderamento e a formação dos Conselhos de alimentação escolar. Outro ponto
184 destacado foi o desafio do financiamento em que se está buscando formas de analisar
185 o real custo da alimentação escolar nas diferentes realidades brasileiras, em que a
186 Presidenta do FNDE destacou que a cultura alimentar é prioridade; apontando que
187 atualmente existe um bloqueio para o uso do salário-educação ser utilizado no
188 financiamento da alimentação escolar. Destacou que outra regra que não favorece os

189 prefeitos e governadores é que o dinheiro investido na alimentação escolar não é
190 considerado dentro dos 25% de arrecadação de impostos que deve ser investido em
191 escolas. Para finalizar sua fala, a Presidenta do FNDE pontuou que não há um
192 engajamento firme dos prefeitos no que diz respeito ao cofinanciamento da
193 alimentação escolar e é necessário que haja uma mobilização maior. O Sr. Antônio
194 Adevaldo do Conselho Nacional das Populações Extrativistas enfatizou a importância de
195 falar sobre os programas na visão dos povos e comunidades tradicionais, e destacou a
196 garantia do território, pois é a partir do território que se constrói, produz e reproduz a
197 cultura das populações extrativistas. O Conselheiro pontuou a importância de os
198 executores de políticas públicas compreenderem as diferenças entre os territórios,
199 devido ao fato de ser comum os mesmos tratarem o território da região norte de forma
200 igual. Disse que, não tendo clara essas informações, fica difícil as políticas públicas serem
201 acertadas. Destacou que o PNAE e o PAA são muito importantes para os povos de
202 comunidades tradicionais extrativistas e são excelentes programas de combate à fome
203 e SAN na sociobiodiversidade, além de auxiliar no fortalecimento e na proteção do
204 território devido às possibilidades e oportunidades dadas aos produtores. Outro aspecto
205 interessante que enfatizou é que essas políticas, quando bem implementadas e feitas
206 com um olhar para a realidade do território, auxiliam na organização da comunidade
207 através dos recursos oferecidos. Pontuou que o estabelecimento de uma consulta de
208 preço coerente é um problema observado no que se refere a execução dos programas.
209 Outro importante aspecto abordado foi a limitação orçamentária do PAA. Para finalizar,
210 foi pontuado que a sociedade civil precisa reforçar o controle social das políticas, pois
211 sem esse aspecto considera será impossível que as políticas sejam melhoradas e é
212 essencial que a sociedade civil tenha espaço de fala para que os executores das políticas
213 públicas saibam da realidade dos territórios, para diminuir os números da fome. A Sra.
214 Maria Alaídes, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
215 saudou a Mesa e iniciou agradecendo pelo espaço de fala e pontuou que o MIQCB possui
216 os mesmos desafios, objetivos e a mesma missão dos povos de comunidades
217 tradicionais. Citou que existe desigualdade racial e institucional no que diz respeito ao
218 acesso às políticas públicas de SAN e expôs casos de quebradeiras de coco vindo a óbito
219 devido a tratorização; situações em que as quebradeiras de coco passam a desconfiar
220 da segurança alimentar ao observar aviões borrifando agrotóxicos nas plantações.
221 Relembrou pontos citados pela Secretária-Executiva do MDA, como por exemplo falar
222 de SAN e não falar da Pastoral da Criança. Concordou com a fala no Procurador da
223 República quando ele citou a dificuldade que os produtores têm para fazer com que os
224 alimentos produzidos cheguem nas cidades. Abordou que existe dificuldade de acesso
225 ao PAA, porque quando começou os valores eram abaixo do necessário e as pessoas não
226 tinham interesse, assim foram feitas campanhas para incentivar as comunidades e hoje
227 existe uma cooperativa que trata dessas questões de acesso aos produtos. Disse que
228 existe uma proposta a ser assinada que dispõe de ações que facilitam o acesso aos
229 produtos e que favorece o conceito ambiental e cultural, porém com lacunas de
230 regularização fundiária. Por fim, repudiou toda a violência que está acontecendo e
231 mencionou o caso da Mãe Bernadete. O Sr. Edgard Moura (CP5) parabenizou o Consea
232 pela temática da Plenária e agradeceu as falas dos palestrantes. Iniciou chamando a
233 atenção para a fala do Conselheiro Antônio Adevaldo, que sinalizou a importância de
234 ficarmos atentos ao monitoramento das políticas, devido ao relato de que o que está no
235 programa não ser o que está sendo colocado na ponta. Pontuou que cabe ao Consea

236 ouvir o relato e dialogar com o Governo para entender o que pode estar acontecendo.
237 Quanto à fala da Sra. Maria Alaídes, disse ser necessário trabalhar o racismo como ponto
238 central, pois a falta de acesso a política pública pelas comunidades tradicionais e
239 quebradeiras de coco é estruturante e o Governo deve romper a estrutura para que as
240 políticas cheguem em quem precisa. Solicitou que, posteriormente, a Sra. Fernanda
241 Machiaveli (MDA) e a Sra. Fernanda Pacobahyba (FNDE) comentem sobre a fala do Sr.
242 Antônio Adevaldo. A Sra. Thatiana Fávaro, Presidenta Consea de Alagoas, questionou a
243 Sra. Lilian Rahal sobre como foram selecionadas as 1.045 (mil e quarenta e cinco)
244 cozinhas solidárias. Quanto ao PAA doação simultânea, compartilhou o pensamento de
245 que a maior parte das receptoras são equipamentos de assistência social dos
246 municípios, ou seja, esses equipamentos acabam sendo os beneficiários sempre; assim,
247 questionou se isso não faria com que houvesse uma acomodação por parte do
248 município. Fez um *link* com a fala da Presidenta do FNDE, que disse que muitos
249 municípios investem na alimentação escolar apenas o que vem do Governo Federal e
250 que esse ponto gera incômodo ao ver que são sempre os mesmos equipamentos
251 beneficiados, e colocou que os prefeitos agem como se aquilo fosse mérito deles. A Sra.
252 Daniela Frozi (CP4) parabenizou a equipe e agradeceu as falas. Inicialmente, solicitou à
253 Presidenta do FNDE uma política de comunicação que possa atingir os movimentos
254 sociais. Na sequência, fez uma pergunta direcionada à Presidenta do FNDE: “Como o
255 Sistema Nacional de Alimentação Escolar vai se comunicar com o Sisan?”. Além disso,
256 sugeriu uma lei mais forte no que tange a participação dos municípios, estados e
257 Governo Federal. Disse que considera o PNAE como central nas políticas públicas de
258 SAN. A Sra. Fernanda Bairros (CP5) agradeceu as falas e destacou as falas do Sr. Antônio
259 Adevaldo e da Sra. Maria Alaídes, que reforçam a luta de anos de combate ao racismo
260 institucional e a luta para o monitoramento das políticas públicas, disse que acredita
261 que não há como apresentar dados de acesso a essas políticas sem o quesito raça/cor.
262 Sentiu falta do quesito raça/cor nas apresentações da Mesa e questionou se as gestoras
263 públicas possuem o dado de acesso ao PAA no quesito raça/cor. A Sra. Regina Nogueira
264 (CP7) saudou a Plenária e concordou com a fala dos Conselheiros Edgard e Fernanda.
265 Complementou a fala da Conselheira Daniela Frozi, que trouxe a questão da
266 comunicação, e expôs que quem está na ponta sofre para fazer as pessoas entenderem
267 a linguagem e garantir o acesso, a Conselheira sente falta de um mecanismo de
268 comunicação e administrativo para que essas questões sejam garantidas. Destacou que
269 Políticas universais não enfrentam o racismo, pois reforçam o racismo institucional ao
270 deixar nítido o resultado que essas pessoas não têm acesso às políticas públicas. Outra
271 questão abordada foi sobre o orçamento, lembrando que já foi proposta do Consea para
272 que no orçamento de políticas como o PNAE e PAA seja explícito o valor destinado a
273 cada grupo de comunidade tradicional. Considerou que todas essas questões estão
274 ligadas ao NIS, e é importante que antes de chegar ao CAF garantir a declaração e ter
275 esses dados para avançar. Disse que é fundamental que seja recuperada uma prática do
276 PAA de antes do golpe, em que todos os ministérios realizavam capacitação. Para
277 finalizar, a Conselheira pontuou que seria importante dialogar diretamente com a
278 Embrapa e a Anvisa, que atualmente estão dentro do Ministério da Agricultura. O Sr.
279 Carlos Humberto (CP1) dialogou com a fala do Procurador da República, onde o
280 Conselheiro citou o Projeto Sumaúma, em que se tem uma média de 1.100 (mil e cem)
281 refeições diárias distribuídas para imigrantes. Disse que o projeto insiste pela compra
282 de alimentos da agricultura familiar, porém, quando é feito o pedido, os produtores não

283 têm estrutura para oferecer. Em algumas situações, completou dizendo que a compra é
284 feita em supermercados devido à falta de estrutura do ponto de vista legal para que as
285 compras sejam feitas com os pequenos produtores. Para finalizar, dialogou com a
286 Presidenta do FNDE ao questionar sobre como será possível o Consea se mobilizar para
287 garantir que as políticas sejam políticas de Estado, de forma a evitar que na troca de
288 governante essas políticas sejam derrubadas. O Sr. Rafael Moreira, da Coordenação de
289 Povos Ciganos do MIR, levantou a questão de que existem publicações do MDS que
290 tratam da subnotificação dos ciganos no CadÚnico e levantou o questionamento de
291 como contemplar essa população devido à baixa expressão dessa população no
292 CadÚnico. Além disso, destacou um impedimento observado no CadÚnico para os povos
293 ciganos, por ser exigido comprovante de residência no ato do cadastramento, sendo que
294 muitos ciganos estão em situação de itinerância. Para finalizar, questionou se seria
295 possível atrelar as experiências dos programas com o calendário de festividades dos
296 povos e comunidades tradicionais, uma vez que muitas dessas festas são marcadas por
297 abundância e distribuição de alimentos. A Sra. Leila (CP3) abordou sobre a
298 criminalização dos camponeses, camponesas, povos indígenas e comunidades
299 tradicionais. Disse que é necessário fortalecer espaços, experiências e mecanismos
300 territoriais de abastecimento alimentar. Por fim, pontuou que o enfrentamento da
301 fome, a produção de alimentos e o abastecimento não caminham sozinhos, pois estão
302 relacionados profundamente. Além disso, falou que nos municípios a concepção sobre
303 os programas e as políticas é de assistencialismo e de benefícios de grandes grupos de
304 cooperativas. A Sra. Inês Rugani (CP2) valorizou a estratégia de juntar esforços para
305 enfrentar a questão das normas sanitárias como barreiras para avançar a agenda. Em
306 relação ao PNAE, a Conselheira pontuou sobre a invisibilidade da sobrecarga das
307 mulheres que preparam a comida das escolas, disse que o programa têm avanços em
308 outras áreas, mas que não tem uma retaguarda de processos de trabalho que
309 acompanha a evolução das políticas e programas. A Sra. Vanessa Schottz (CP3) abordou
310 as importantes mudanças dos mecanismos do PAA para ampliar o acesso das mulheres
311 e povos e comunidades tradicionais. Colocou que os dados da chamada mostram a
312 potência da modalidade compra com doação simultânea e a urgência da suplementação
313 dos recursos para que a Conab operacionalize a contratação dos projetos integralmente.
314 Apontou que há tempos que a CP3 e o grupo consultivo tratam da necessidade de o
315 PNAE incorporar algumas dessas mudanças nos mecanismos de compra para ampliar o
316 acesso. Sobre a proposta de cofinanciamento do PNAE, a Conselheira opinou que é
317 muito estratégica e necessária para efetivar os objetivos e diretrizes do programa.
318 Questionou a Presidenta do FNDE sobre como estão as questões para avançar nesse
319 cofinanciamento. Em relação ao PNAE, disse que há uma preocupação com a
320 concentração da compra em poucas cooperativas de maior porte, visto que os dados de
321 dezembro de 2017 sinalizavam para isso, mas não temos os dados a partir de 2018.
322 Colocou que acredita ser urgente rever a flexibilização feita nos governos Temer e
323 Bolsonaro de cooperativas serem consideradas da agricultura familiar apenas com 50%
324 de agricultores familiares, o que facilita as distorções e a concentração do mercado. O
325 Sr. Edgard Moura (CP5) questionou se os palestrantes estão a par de que crianças
326 indígenas estão passando fome em aldeias do estado de Santa Catarina e aproveitou
327 para chamar a atenção dos conselheiros do estado para ficarem atentos a isso. Pontuou
328 também que existe um problema estruturante que é a compra de pescados artesanais
329 dentro da alimentação escolar, e gostaria de saber se existe alguma estratégia para

330 aumentar a compra desses produtos. A Sra. Lilian Rahal (Sesan) comentou que existe
331 uma questão de fundo no PAA que são os modelos de execução, uma prática antiga do
332 Governo; que diversos estados possuem recursos próprios para aquisição de alimentos
333 que muitas vezes superam o repasse do próprio PAA; que é importante trabalhar a
334 Conab, pois metade do orçamento do PAA está nas mãos da Conab, mas é necessário
335 manter o compromisso de estados e municípios com a compra de alimentos da
336 agricultura familiar. Sobre as doações, disse que foram definidas as unidades
337 receptoras e sempre foi dado um foco para a rede socioassistencial por ser a rede que
338 atende quem está em insegurança alimentar e nutricional. Pontuou que ao olhar pelo
339 histórico do programa, a maior parte dos alimentos são doados em escolas. No caso de
340 projetos da Conab, colocou que quem define a doação são as próprias organizações
341 fornecedoras e o projeto já indica as unidades receptoras. Disse que a intenção do
342 grupo gestor é fazer que cada vez mais os alimentos da agricultura familiar sejam
343 comprados a partir da demanda por alimentos e não só pelo que se oferta; a ideia é que
344 o PAA chegue cada vez mais para quem precisa de experiência de mercado, e estão
345 orientando os recursos do programa para agricultores familiares que estejam na base
346 do Cadastro Único, povos indígenas e demais comunidades tradicionais. Colocou-se à
347 disposição para dialogar com os diferentes grupos e ressaltou que o Grupo Gestor abriu
348 a possibilidade de que não é necessário que a DAP, CAF ou NIS sejam os documentos
349 que precisam ser apresentados para a participação nos programas. A Sra. Marina Lima,
350 Secretária Executiva Adjunta do MDA, falou sobre o monitoramento da execução dos
351 programas, ressaltou que sempre foi uma dificuldade para monitorar quais os órgãos
352 compradores que destinam os 30% para compra da agricultura familiar do PAA compra
353 institucional. Por isso, indicou que o Acordo de Cooperação Técnica é importante, para
354 auxiliar no monitoramento. Disse que está sendo redesenhado o projeto para que as
355 cooperativas menos estruturadas consigam estruturar melhor em termos de gestão
356 para acessar as compras públicas; dentro do CAF foi feita uma portaria que já foi lançada,
357 em que foram ajustados pontos que facilitem acesso ao CAF por indígenas e povos de
358 comunidades tradicionais. Finalizou colocando-se à disposição para momentos
359 posteriores. A Sra. Fernanda Pacobahyba (Presidenta do FNDE) disse que o federalismo
360 no Brasil é muito marcado pela desigualdade, que estão partindo para a estruturação
361 de uma Política Nacional de Alimentação Escolar, e que o desejo é a união para
362 estabelecer normas gerais. Apontou que o Brasil precisa avançar no assunto de
363 educação alimentar e nutricional, que falta uma coordenação com o MEC, e está
364 comprometida em fazer maior articulação. Quanto às merendeiras, disse que precisa
365 pensar como processo estruturante em alternativas para tratar da sobrecarga dessas
366 mulheres e sugere uma possível parceria com o Ministério Público do Trabalho. Sobre
367 as crianças que estão em insegurança alimentar no estado de Santa Catarina, informou
368 que uma equipe será enviada ao local para fazer o monitoramento da situação. Finalizou
369 abordando a questão dos pescados, e disse que o FNDE não tem o papel de impor, mas
370 propõe de ser feito um estímulo. O Procurador da República pontuou que é necessário
371 pensar em formas de desburocratizar o acesso às compras pelo PNAE, para que os
372 agricultores familiares tenham prioridade na compra pelas instituições públicas e
373 privadas. Relatou que em uma aldeia existe o acesso à internet, mas o acesso aos sites
374 é limitado. Reforçou que é preciso avançar na desburocratização e que o acesso à
375 documentação para o PNAE é parecido com o acesso ao Bolsa Família, onde as
376 comunidades precisam se deslocar para a cidade para ter acesso à política pública, ao

377 passo que a política pública deveria se adaptar à realidade das comunidades. Quanto à
378 situação das crianças indígenas de Santa Catarina, o Procurador relatou que não existe
379 Catrapovos instalada na região e, portanto, sugeriu que seja protocolada essa situação
380 no MPF e que estimulem o estado e os órgãos fiscais para criar as comissões nos estados.
381 O Sr. Antônio Adevaldo reforçou ao MDA a observação para revisão do edital do Fundo
382 Amazônia. Relatou que quando foi encontrada outra forma de fazer o controle social de
383 povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para acessar o PAA, foi observado
384 que muitos indígenas e povos de comunidades tradicionais acessaram, porque mesmo
385 mantendo o controle, o acesso a essa política pública foi desburocratizado. Disse que
386 existe uma solicitação para que enquanto os órgãos de assistência técnica viabilizem os
387 CAFs desses povos fosse feita, no PNAE, a substituição do CAF para que as comunidades
388 acessem o PNAE, enquanto a situação do CAF seja regularizada. Enfatizou que é
389 necessário, ao implementar essas políticas, olhar onde se quer que a política chegue e
390 manter o diálogo com a população que está nos territórios. Finalizou mostrando como
391 o PNAE pode ser excludente, sendo que um dos critérios do PNAE é a proximidade,
392 colocando que geralmente quem compra 50% do PNAE são as capitais, porém as
393 comunidades tradicionais não estão nas capitais, logo, existe a dificuldade dessas
394 comunidades serem inseridas. A Sra. Maria Alaídes falou que a devolução à Plenária
395 serviu como orientação para continuar no diálogo a favor da desburocratização das
396 políticas que são voltadas aos povos e comunidades tradicionais e recomendou que o
397 diálogo seja feito diretamente entre a Educação e as organizações da agricultura familiar
398 e extrativismo da sociobiodiversidade, e não com as empresas, para evitar que seja
399 dificultada a garantia da segurança alimentar. No dia 01/09, no período da manhã, a Sra.
400 Elisabetta Recine iniciou dando as boas-vindas e relatou à Plenária sobre a audiência
401 tida com o Presidente da República, relatou que atualizou a Presidência sobre os
402 processos, organização, demandas, propostas e desafios desde a reinstalação do Consea
403 Nacional; também foram discutidas possibilidades de estabelecer um processo de
404 comunicação mais sistemático com o Presidente Lula, para que o mesmo esteja ciente
405 sobre as atividades e agenda do Consea. Além disso, disse que foram discutidos os
406 desafios do ponto de vista orçamentário, com destaque ao PAA, que recebeu diversas
407 propostas que ultrapassam o orçamento disponível no momento. A Presidenta abordou
408 também o processo desenvolvido pela Conab e pelo MDA para a proposta de uma
409 Política de abastecimento. Quanto a 6ª CNSAN, apresentou o lema, eixos e materiais
410 que a Secretaria-Executiva desenvolveu. Colocou que o Presidente Lula afirmou que está
411 sensibilizado quanto à retomada do Sisan. A Sra. Patrícia Gentil, Diretora do
412 Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável da Sesan, lembrou
413 que a Lei do PAA foi aprovada e por consequência o Projeto de Lei de Cozinhas Solidárias.
414 Disse que dentro do Departamento de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
415 está sendo discutida esta aprovação, o fortalecimento do Sisan, financiamento, relação
416 federativa, relação com o Consea e Caisan. Apresentou os atuais equipamentos públicos
417 de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN): Banco de Alimentos, que captam
418 alimentos oriundos de perdas e desperdícios com destino a entidades socioassistenciais.
419 Atualmente, detalhou que existem 108 unidades apoiadas pelo MDS e estão
420 concentradas nas regiões sul, sudeste e nordeste; Restaurantes Populares que
421 produzem e ofertam refeições saudáveis e adequadas a preços acessíveis; que existem
422 128 unidades apoiadas pelo MDS, concentradas na região sudeste; Centrais de
423 Agricultura Familiar que auxiliam a organização, a interação de circuitos locais, o

424 abastecimento e o consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar; que,
425 atualmente, existem 1.434 unidades apoiadas pelo MDS, com concentração na região
426 nordeste e Tocantins; Cozinhas Comunitárias que produzem e ofertam refeições
427 saudáveis e adequadas gratuitas ou a preços acessíveis; que, atualmente, apresentam
428 um alcance de 1,8 milhões de pessoas por mês, dentro das 304 unidades apoiadas pelo
429 MDS e estão concentradas nas regiões sudeste e nordeste. Durante a apresentação
430 comentou sobre a relevância dos programas estarem diretamente ligados com a ação
431 da sociedade civil, para a sociedade civil, onde tem mais escuta das demandas e
432 dinâmica de funcionamento. Além disso, abordou a questão do enfrentamento da fome
433 durante a pandemia de Covid-19, em que houve a estruturação e o abastecimento de
434 Cozinhas Solidárias e aquisição e distribuição de alimentos aos mais vulneráveis.
435 Apresentou a concentração de Cozinhas Solidárias e Comunitárias que foram
436 selecionadas para receber alimentos do PAA estão na região nordeste (36%) e sudeste
437 (37%). Apontou que a estimativa para o abastecimento das cozinhas é de 5,1 mil
438 toneladas de alimentos, complementando em torno de 12,8 milhões de refeições.
439 Destacou que a discussão das Cozinhas Solidárias não é isolada, está vinculada a
440 estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas cidades. A Sra. Lilian Rahal disse que
441 estão identificando dentro da Conab o que já tem de proposta de entrega em Cozinhas
442 Solidárias, via Conab ou Estadual, dependendo de como está o processo. Apontou que
443 os projetos que já estão em carteira serão priorizados para iniciar a doação de alimentos
444 o mais rápido possível. A Sra. Maria Fernanda R. Coelho, Secretária-Executiva da SG-PR,
445 destacou que tem por atribuição a articulação com os Ministérios e com os movimentos
446 sociais e populares, este último trouxe uma demanda comparada a uma diretriz onde
447 deve ter a escuta de todos, por isso a presença do PPA Participativo. Por meio das
448 contribuições nas plenárias e fóruns interconselhos, disse que mudaram a visão de
449 futuro e valores, dando como exemplo o diálogo amazônico. Relembrou que um dos
450 eixos do Brasil Sem Fome é a mobilização para combater a fome, sendo que o tema das
451 cozinhas solidárias traz uma mobilização e mutirões de combate à fome. Apontou que a
452 Secretaria-Geral da Presidência, em uma reunião com nove ministérios e a Fiocruz,
453 discutiu quais são as iniciativas dos ministérios, expectativas e recursos para as cozinhas
454 solidárias, sendo que o Governo quer fazer com que aconteça de forma efetiva,
455 buscando corrigir uma rota no processo de apropriação, debate, acompanhamento e
456 monitoramento. Em 2024, a Secretaria-Geral da Presidência tem expectativa de
457 compreender e participar de como vai se dar o processo da participação social nos
458 diversos territórios do Brasil, de forma que dialogue com todas iniciativas, assessorias
459 de participação social e diversidade, conselhos e comissões, iniciativas da criação de
460 agentes populares. A Sra. Mariana Santarelli (CP1) comentou que, nos dados sobre
461 cozinhas solidárias apresentados pela Diretora Patrícia Gentil, chamou atenção que na
462 região norte tem a menor quantidade de ações de cozinhas populares sendo que é uma
463 região com maior quantidade de InSAN. A Conselheira acredita que a regulamentação
464 deste equipamento diminuiria a possibilidade de conflitos de interesses, sendo que a
465 colaboração de grandes empresas seria repassada para o Brasil Sem Fome e voltada para
466 as Cozinhas Solidárias. Viu a necessidade dos Conseas entenderem qual a sua atuação
467 nas cozinhas solidárias mesmo que de forma paralela. O Sr. Julian Perez (CP3)
468 demonstrou preocupação no investimento de estrutura e quais pessoas irão atuar e qual
469 a estratégia de atuação sabendo que é uma iniciativa da sociedade. Outra preocupação
470 foi em relação ao cálculo do quantitativo de alimentos. Questionou se tem políticas de

471 diálogo com os estoques da Conab. O Sr. Jean Pierre (CPCE) lembrou a invisibilidade
472 de pessoas nas políticas, como pessoas sem documentação. Apresentou como
473 sugestões: processo de formação para maior autonomia dos participantes das Cozinhas
474 Solidárias, pois é um processo de escuta; uma articulação com a pesca artesanal,
475 agricultura familiar e economia popular; disparar alternativas como educação alimentar
476 e nutricional, quintais produtivos, educação de jovens e adultos etc. A Sra. Vanessa
477 Schottz (CP3) disse ser importante dar visibilidade ao protagonismo de mulheres negras
478 nas Cozinhas Solidárias e que vê como potencial um estudo sobre os quintais produtivos
479 para segurança alimentar e nutricional. Lembrou da importância da participação social
480 que tem experiências concretas dentro de grupos de trabalho. A Sra. Jaqueline Araújo
481 (CP4) destacou a participação de conselheiros do Consea em grupos de trabalho das
482 Cozinhas Solidárias. O Sr. Baba Gaeta (CPCE) disse que dentro dos terreiros há a
483 possibilidade de melhorarem essas cozinhas, que não seja apenas de voluntários, e
484 proporcionar um número maior de atendimentos. O Sr. Gustavo Guterman, do Instituto
485 Maniva, comentou sobre a regulamentação da profissão de cozinheiro, para garantir
486 direitos mínimos dos atores das Cozinhas Solidárias. A Sra. Daniela Frozi (CP4) falou do
487 protagonismo de quem produz essa comida, como quintais produtivos para integrar
488 essas políticas públicas, e refletiu em como integrar a participação social
489 institucionalizada a partir dos conselhos de direitos com a participação popular. A Sra.
490 Andrea Sepulveda sugeriu mobilizar outras instâncias para mapear e monitorar as
491 Cozinhas Solidárias periodicamente. A Sra. Jacy Barreto de Souza sugeriu diminuir o
492 valor ou isentar para abrir o CNPJ das Cozinhas Solidárias e auxiliar as pessoas em como
493 fazer parte desses programas sociais, pois a maioria são mulheres negras que
494 atualmente são as mais prejudicadas socialmente. A Sra. Rosa Barbosa comentou sobre
495 a regulamentação de cozinhas, assim como a Sra. Jaci, e demonstrou preocupação com
496 o acesso desse programa em municípios menores. O Sr. Clodoaldo Pontes (CPCE) sugeriu
497 articulação com outros programas relacionados com comida de verdade, como o PAA,
498 e também gerar renda. O Sr. Antônio Cruz (Consea/RR) questionou se os municípios que
499 não fizeram adesão ao Sisan poderiam fazer parte do PAA para receber alimentos. O Sr.
500 Rafael Moreira, da Coordenação de Povos Ciganos do MIR, informou a criação do GT
501 Ciganos e parcerias com 5 universidades para mapeamento de povos ciganos; e que
502 estão sendo elaborados boletins para povos ciganos, Governo e sociedade e se colocou
503 à disposição para parcerias. O Sr. Edgard Moura (CP5) disse que, na reunião do Fórum
504 Interconselhos, o PPA não contemplou a questão do racismo como central e sim
505 transversal. Lembrou o olhar para a alimentação e cultura local, o investimento em
506 mais nutricionistas dentro destes equipamentos e sugeriu um programa na Conab para
507 ouvir as comunidades tradicionais, como pescadores artesanais e marisqueiras, para
508 dessa forma contribuir com o antirracismo institucional e sistêmico. A Sra. Talita
509 Monteiro disse que no Ministério da Igualdade Racial querem interseccionar com outras
510 ações realizadas pelo Ministério, como o Aquilombola Brasil. Sugeriu acordos de
511 cooperação técnica para Cozinhas Solidárias. A Sra. Patrícia Gentil, em resposta a todos,
512 comentou que todas as falas estão alinhadas com o que está relacionado com as
513 abrangências das Cozinhas Solidárias. Informou que o questionário permanecerá aberto
514 para captação de todas as existentes. Informou que o Programa Cisternas traz como
515 exemplo um exercício de conceituar o que é a cozinha enquanto tecnologia social.
516 Colocou que entendem que nem todas as cozinhas necessitam de apoio e custeio, mas
517 precisam ter algum nível de institucionalização para ter esses recursos, e que o recurso

518 será livre para apoio em processos complementares e não integral, para não fazer um
519 engessamento e ficar dependente do apoio governamental. Disse que está em processo
520 pedagógico para que as cozinhas recebam alimentos variados, diversos, culturalmente
521 referenciados e produzidos localmente, dentro de 10 grupos de alimentos e da nova
522 cesta básica. Apontou que tem a expectativa de que o Consea seja atuante no processo
523 de regulamentação, tanto em processos formais como na possibilidade de processos de
524 trabalho, mas sugeriu a presença do Consea na base em nível local. A Sra. Vanessa
525 Schottz (CP3) reforçou a importância de fazer uma Exposição de Motivos. A Sra.
526 Elisabetta Recine colocou a aprovação do encaminhamento para a Mesa Diretiva de
527 aguardar a próxima Plenária para ter um documento mais desenvolvido e apreciado
528 pelas Comissões Permanentes. A seguir, foram feitos os relatos das Comissões
529 Permanentes: CP1 – Mariana Santarelli informou que a reunião da CP1 aconteceu em
530 dois momentos: primeiro momento em conjunto com a CP2 e um segundo momento
531 em conjunto com a CPCE, e com isso a relatoria da CP1 vai ser passada pelos
532 representantes da CP1 e da CPCE. Quanto aos encaminhamentos, disse que um deles
533 foi a urgência em avançar na regulamentação e adesão das entidades sem fins
534 lucrativos, para isso foi pensada em uma oficina preparatória em parceria com a Sesan
535 e a Caisan para iniciar o diálogo sobre a regulamentação dessas entidades. Além disso,
536 a Conselheira reforçou que durante a reunião de instalação do GT Internacional,
537 coordenado pelas Conselheiras Melissa Pomeroy e Mariana Santarelli, foi atribuída ao
538 GT a organização do Seminário Internacional que ocorrerá um dia antes do início da 6ª
539 CNSAN. A Presidenta do Consea questionou se durante o processo de trabalho da CP1
540 foi priorizada somente a discussão da regulamentação das organizações sem fins
541 lucrativos, devido ao fato de ter uma organização do setor privado prevista nos
542 regulamentos. A Sra. Mariana Santarelli respondeu que de fato foi priorizada a discussão
543 sobre as organizações sem fins lucrativos. CP2 – A Sra. Inês Rugani relatou que em um
544 primeiro momento, com a presença da CP1, foi feita uma discussão sobre conflitos de
545 interesse, com a participação da OPAS e do FNDE. Disse que o principal ponto de
546 discussão foi a criação de um GT sobre conflitos de interesse, com até dois
547 representantes de cada CP e até três representantes de Governo indicados pela Caisan.
548 Colocou que as frentes desse GT seriam a formação permanente de conselheiros,
549 pensando na elaboração de um curso EaD; independências de COI na composição dos
550 Conseas; medidas para prevenir, mitigar e gerenciar COI em diferentes políticas públicas
551 e articulação de fluxo de denúncias. Além disso, disse que foi discutida a possibilidade
552 de uma conferência livre na temática de COI e a elaboração de propostas para a CNSAN.
553 Na segunda parte da reunião, apontou que o foco central foi a centralidade da discussão
554 da inclusão produtiva e teve a participação do MDS, que fez uma apresentação sobre a
555 proposta de portaria interministerial MDS e MS; estratégia de SAN em centros urbanos
556 e alimentação e nutrição no SUAS. Informou que o encaminhamento é o de que o
557 assunto ganhe centralidade no processo de trabalho do Consea e que o assunto volte
558 mais estruturado nos próximos debates. A Presidenta reforçou que, na discussão sobre
559 as Cozinhas Solidárias, uma das dimensões levantadas é a importância da discussão da
560 inclusão produtiva. Posteriormente, abriu para que a Plenária aprovasse a criação do GT
561 de conflitos de interesse. CP3 – Vanessa Schottz disse que sobre o PNAE foi discutida a
562 reativação do Grupo Consultivo e do Conselho Gestor do PNAE, a desburocratização do
563 acesso de PCTs ao PNAE, com destaque à importância de incorporar as medidas
564 indicadas na norma técnica do Catrapovos e os mecanismos adotados pelo PAA; frisou

565 a importância da criação de um grupo de trabalho entre o MDA e o FNDE para extração
566 de dados sobre a execução do PNAE. Falou sobre a necessidade de nota técnica emitida
567 pelo FNDE para encaminhar às entidades executoras; utilização de energia limpa nas
568 escolas e cota QESE para a Alimentação Escolar; outro ponto foi a preocupação com a
569 concentração da alimentação escolar em cooperativas de grande porte, e foi destacada
570 a importância da iniciativa de construir mecanismos para assegurar o cofinanciamento
571 de estados e municípios e salientou a preocupação com Projetos de Lei que estão
572 tramitando no Congresso e a necessidade de somar ações de incidência do Observatório
573 da Alimentação Escolar (OAÊ). Quanto ao Programa de Aquisição dos Alimentos,
574 pontuou que foram vistas como muito positivas as mudanças no desenho do PAA para
575 ampliar o acesso de mulheres, povos indígenas e povos de comunidades tradicionais e
576 a necessidade de suplementação dos recursos para que a Conab execute a totalidade
577 das demandas recebidas. Em relação à Política Nacional de Abastecimento Alimentar
578 (PNAAB), disse que foi discutida a atualização da formulação da PNAAB e o papel
579 estratégico do Consea nesse processo. Destacou a importância de se estruturar uma
580 proposta de abastecimento popular que viabilize o acesso de alimentos saudáveis a
581 população mais vulnerável; e a importância de incluir os princípios e diretrizes sobre o
582 racismo institucional e o papel estratégico que o abastecimento tem no enfrentamento
583 da insegurança alimentar e nutricional da população negra. Colocou que foi abordada a
584 iniciativa de revisão da cesta básica e o PAC SAN. Relatou que o encaminhamento da CP
585 sobre o PNAE é que seja feito um diálogo com o MDA para rever a flexibilização do
586 enquadramento das cooperativas em relação ao percentual de composição de
587 agricultores familiares, que atualmente é de 50%. Além disso, reforçar o diálogo com o
588 MDS para garantir que a utilização do NIS não gere cortes no Bolsa Família. Convidou
589 o OAÊ para apresentar um panorama dos projetos que estão tramitando no congresso
590 com a temática, expor as preocupações e planejar apoio a essas ações de incidência.
591 Disse que foi indicado ao CGPNAE a necessidade de fazer o mapeamento das escolas
592 que atuam com biodigestor e desenhar uma proposta de trabalho educativo; falou sobre
593 a incidência junto ao TCU para que a cota QESE possa ser utilizada pelos estados e
594 municípios para a execução da alimentação escolar; comentou sobre a necessidade de
595 destrinchar dados do FNDE quanto ao cálculo do percentual de compra, devido a
596 distorções que podem ter sido geradas pelas reprogramações de recursos. Como
597 encaminhamento referente ao PAA, disse que foi feita uma proposta de recomendação
598 a ser apreciada pela Plenária solicitando suplementação orçamentária para execução
599 dos projetos que foram apresentados à Conab e que foi indicado ao comitê gestor do
600 PAA a convocação imediata da primeira reunião de retomada do grupo consultivo.
601 Quanto à PNAAB, colocou que foi encaminhada a continuidade do GT para
602 sistematização de documentos históricos do Consea sobre princípios e diretrizes para a
603 PNAAB; foi discutida uma organização de uma oficina para analisar e debater a proposta
604 de PNAAB que está sendo elaborada por consultoria contratadas pela Conab e subsidiar
605 a elaboração de uma recomendação a ser apreciada na Plenária de setembro; pensou-
606 se em levar à Mesa Diretiva uma discussão mais aprofundada da ideia do PAC SAN, com
607 investimentos e obras voltados ao mercado institucional da agricultura familiar, na
608 perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional e, por fim, decidiu-se
609 incluir na pauta da próxima reunião da CP a apresentação do estudo da ACT sobre os
610 impactos da “nova cesta básica”, considerando o decreto que está sendo elaborado.
611 Para os encaminhamentos do PNAE e do PAA, entendeu que será necessário formalizar

612 e enviar à coordenação do PNAE e ao grupo consultivo do PAA. CP4 – Daniela Frozi
613 relatou que foi discutida a temática da população em situação de rua na perspectiva das
614 políticas intersetoriais de SAN. Na discussão, disse que foi informado que as Cozinhas
615 Solidárias receberão doações do PAA a partir de setembro e que o Acordo de
616 Cooperação Técnica entre MDS, MDHC e MTE terá por objeto estabelecer parceria
617 técnica para apoio à qualificação e implantação/modernização de Cozinhas Solidárias
618 que tenham como público-alvo populações em situação de rua e catadores autônomos.
619 Como encaminhamentos, apontou que houve sugestão do Consea Nacional em apoiar
620 orçamentos voltados para priorização da gratuidade da alimentação de pessoas em
621 situação de rua, como a destinação para o Programa Nacional de Alimentação no SUAS
622 e Equipamentos de SAN. Disse que houve um planejamento de um mapeamento das
623 ofertas de alimentação para população em situação de rua, iniciando com recorte dos
624 municípios com mais de 100 mil habitantes; que foi sugerido apoio a estratégias para
625 ampliação do acesso aos equipamentos públicos que garantam o DHAA; assim como
626 como a criação de um mecanismo institucional para receber denúncias, relatos de
627 infrações ao DHAA e espaços de diálogos em âmbito estadual. Antes da apresentação
628 da CP5, a Secretária Valéria Burity enfatizou que o MDS está ativo na mobilização para
629 a reestruturação da Caisan e do Consea para o processo de participação e de construção
630 do Sisan. Posteriormente, a Conselheira Vanessa Schottz fez a leitura da Recomendação
631 sobre o PAA que foi aprovada pela Plenária [Recomendação nº
632 13/2023/CONSEA/SG/PR, de 20 de setembro de 2023]. Essa Recomendação diz respeito
633 à suplementação de verbas para o PAA, a fim de que o Programa possa atender a
634 totalidade das demandas recebidas, ainda no presente exercício fiscal. CP5 – O Sr. Edgar
635 Moura colocou que a comissão que trata da Soberania e Segurança Alimentar e
636 Nutricional da População Negra e enfrentamento do Racismo focou na participação da
637 sociedade civil na 6ª CNSAN, de acordo com os delegados eleitos nas Conferências Livre
638 Nacional. Disse que, como encaminhamento, houve a discussão sobre a 5ª Plenária, que
639 será sobre racismo, e trouxe a importância de abordar não só o racismo estrutural, mas
640 também o racismo ambiental. Além disso, relatou que a CP5 trabalhou em conjunto com
641 a CP7 sobre a temática da próxima Plenária. Apontou que foi encaminhada ao Ministério
642 da Igualdade Racial, via ofício, o apoio à moção sobre racismo ambiental, vinda do
643 Fórum Interconselhos. CP6 – Não houve reunião da CP6 devido à falta de representantes
644 da sociedade civil. CP7 – A Sra. Kota Mulangi trouxe que a CP7 discutiu as
645 recomendações da Plenária anterior sobre a criação do GT Rota do Bode e foi informado
646 que a Caisan aprovou a criação do GT. Disse que discutiram as preocupações das
647 quebradeiras de coco babaçu no que tange à garantia do orçamento estratificado,
648 ressaltando a necessidade de o Governo intervir na esfera municipal, a fim de coibir o
649 racismo estrutural. Ressaltou que o encaminhamento foi o recolhimento de propostas
650 da sociedade civil de como o racismo pode ser coibido, e foi solicitado que
651 representantes do Consea no grupo consultivo tragam respostas do FNDE no debate do
652 PNAE. Quanto a 6ª CNSAN, disse que foi encaminhado que a CPCE faça uma busca do
653 que ocorreu nas Conferências Livres e elabore um relatório para a organização da
654 Conferência. CPCE – O Sr. Jean Pierre disse que foi discutida a formação da relação entre
655 CPCE e a Rede PENSSAN, e concluíram que há necessidade de um Encontro na região
656 Norte. Relembrou que os Conseas da região Nordeste vêm demandando a realização de
657 um encontro regional com a necessidade de envolver as Caisans. Apontou que foi
658 sugerido estimular a relação iniciada com o Consórcio do Nordeste para articulação dos

659 Conseas e Caisans para fortalecer o Sisan. Disse que foi sugerido também que os Conseas
660 do Norte identifiquem pesquisadores(as) que atuam nas instituições de ensino e
661 pesquisa e das organizações da sociedade civil organizada, de forma a melhorar os dados
662 da Rede PENSSAN desta região. O Sr. Jean Pierre relatou as atualizações de 13 estados
663 brasileiros, a saber: [Roraima] o Presidente Antônio Cruz informou que existe uma
664 sinalização para realização da Conferência Estadual, e que a comissão já está fazendo as
665 articulações para realização em outubro, junto com a Caisan; e que haverá 4 encontros
666 regionais; que seguirá os temas da nacional mais indígenas e imigração; [Alagoas] a Sra.
667 Thatiana Favaro repassou que está tudo encaminhado para a realização de 3
668 Conferências Regionais e 2 Conferências temáticas (quilombola e indígena); [Bahia] a
669 Sra. Débora informou que está sem o balanço total das Conferências, mas que também
670 estão todas encaminhadas; [Rio de Janeiro] de acordo com a Sra. Renata, o estado
671 avançou com 32 Conferências municipais realizadas e a estadual será em setembro, mas
672 ainda aguarda sinalização do Governo; [Minas Gerais] a Sra. Simone informou que foram
673 realizadas 14 Conferências municipais e que a Conferência estadual está prevista para
674 27, 28 e 29/10; [Ceará] a Sra. Regilvânia disse possuírem 120 Conseas declarados, sendo
675 43 aderidos ao Sisan, e que foram realizadas 178 conferências municipais ou reuniões
676 ampliadas locais já aconteceram, bem como terão 14 Conferências regionais. Nos dias
677 17 e 18/10 será a Conferência Estadual; [Maranhão] segundo o Sr. Jean Marie, a
678 Conferência Estadual foi realizada e o relatório final está em andamento; [Tocantins] o
679 Sr. Eni informou que nos dias 26 e 27 de outubro deve ocorrer a estadual e que as
680 Conferências municipais, intermunicipais e regionais ocorrerão até o dia 15 de
681 setembro. Foram realizadas 2 intermunicipais, 10 municipais e falta realizar 1
682 regionalizada e 8 municipais. Foram 139 municípios com os Conseas criados, nem todos
683 ativos, e 23 municípios que fizeram adesão ao Sisan; [Goiás] a Sra. Dinair confirmou que
684 no dia 31 de outubro será a Conferência estadual e que está aguardando o decreto dela;
685 [Amazônia] o Sr. Clodoaldo informou que foram realizadas 2 Conferências sub-regionais
686 e 2 municipais, com previsão de ocorrer mais 4 sub-regionais e mais 2 municipais; [Mato
687 Grosso do Sul] o Sr. Pedro Gaeta informou que o estado está com pouca adesão, tendo
688 sido realizada uma Conferência municipal; [Rio Grande do Norte] o Sr. Jean Pierre
689 informou que a Conferência estadual será nos dias 19 e 20 de outubro e serão realizados
690 6 Conferências nos territórios; [Paraná] a Sra. Roseli repassou que 399 municípios
691 realizaram Conferências Municipais e que a Conferência Estadual está agendada para a
692 última semana de setembro. Por fim, concluíram que falta apoio estadual para
693 realização das Conferências, devido à dificuldade de orçamento estadual. Enfatizou a
694 participação em conferências municipais, com debate recorrente sobre comida de
695 verdade. Foi informado que a CPCE, em conjunto com a CP1, discutiu sobre o tema da
696 Plenária (PNAE, PAA e Cozinhas Solidárias/Comunitárias), sob a perspectiva do Sisan.
697 Disse que iniciaram com uma reflexão para solucionar o acolhimento de demandas dos
698 municípios para adesão ao Sisan, que é preciso fortalecer as interações das políticas e
699 programas de SAN com o Sisan, considerando o aperfeiçoamento dos seguintes pontos:
700 a) reestruturar programas como o PNAE e o PAA na perspectiva de considerar variações
701 regionais no valor per capita. Estimulação de pontuação sem condicionalidades, mas
702 com pontuação positiva; b) criar processos que promovam a instrumentalização dos
703 profissionais de várias áreas relacionadas à área de SAN, bem como estratégias de
704 formação para os Conseas e as Caisans e de informação para a sociedade civil. Destaca-
705 se a urgência no caso das novas regulamentações do PAA que pressupõem a adesão

706 municipal ao Sisan. É previsto um cenário de aumento da demanda para as instâncias
707 do Sisan. Nesse sentido, parcerias com as Escolas de Governo Estaduais e/ou Enap, que
708 tem uma nova estrutura que poderia promover, inicialmente, as formações; c) qualificar
709 e fortalecer a Participação e o Controle Social no Sisan, com foco em mecanismos de
710 avaliação e monitoramento de políticas públicas de SAN. Como realizar o
711 monitoramento da adesão dos municípios? Como encaminhar denúncias sobre
712 municípios que não estão operando na lógica operada? Estimular projetos de Pesquisa
713 no campo de SAN sobre a evolução dos programas e do controle social; d) amadurecer
714 a possibilidade de criar um documento de diretrizes ou norma operacional do Sisan que
715 aponte fluxos de gestão, competências dos entes, integração de ações ao sistema, entre
716 outras diretrizes/normatizações. Como resultado dos trabalhos dessa sessão plenária,
717 foi lida, debatida e aprovada a Recomendação nº 13/2023/CONSEA/SG/PR, que trata da
718 suplementação de verbas para o PAA, a fim de que o Programa possa atender a
719 totalidade das demandas recebidas, ainda no presente exercício fiscal. Encerrada a
720 Plenária, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a
721 presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.